



20/09/2019

Número: **0042603-90.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **23/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado
GERALDO EDUARDO DA SILVA (AUTOR)			
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI NETO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48197190	23/07/2019 14:17	Petição Inicial	Petição Inicial
48197195	23/07/2019 14:17	doc autor	Outros (Documento)
48197197	23/07/2019 14:17	negativa lider	Outros (Documento)
48197198	23/07/2019 14:17	doc medicos_compressed	Outros (Documento)
50270258	09/09/2019 12:31	Despacho	Despacho
50509823	09/09/2019 13:02	Certidão	Certidão
50511034	09/09/2019 13:05	Intimação	Intimação
50511071	09/09/2019 13:14	Intimação	Intimação

EXENTÍSSIMO SENHOR JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA CIVEL COMARCA DE PERNANBUCO.

GERALDO EDUARDO DA SILVA, brasileiro, portador do RG de nº 3.923.839, e inscrito no CPF/MF sob o nº 697.349.174-04, residente e à Rua Paudalho, nº 171, Barro, CEP: 50761-180, Recife/PE, vem, com o merecido acatamento, perante V. Ex.^a, por intermédio do Defensor Público em exercício nesta Comarca, interpor a presente

AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

em face do **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

, CNPJ 09.248.608/0001-04, SEDE -Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembléia nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, pelos motivos fáticos e jurídicos adiante declinados.

I. PRELIMINARMENTE

DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

01. Inicialmente, a requerente pugna pelos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos dos arts. 1º e 4º da Lei n.º 1.060/50, art. 1º da Lei n.º 7.115/83 e art. 5º, LXXIV da CF/88, **POR SE DECLARAR POBRE NA FORMA DA LEI**, não dispondo, pois, de condições econômicas de demandar em juízo, sem sacrifício do sustento próprio e de seus familiares.

II. DOS FATOS

02. **Justo Magistrado**, o autor foi atropelado na Av Recife, em frente ao hospital da mulher no dia 26/05/2017, as 19:00.

03. Após o atropelamento o autor foi socorrido pelo SAMU assim como vemos no comprovante em anexo .

04. Tentou administrativamente a indenização o que fora negado como vemos no comprovante em anexo .

05. Ocorre que o autor já tem uma idade avançada (maior de 65 anos), e ficou com uma sequela terrível pois atualmente não pode ficar mais de 5 minutos em pé ou sentado por que perna incha (má circulação), deixando assim permanentemente seu membro não funcional.

III. DO DIREITO

Assim determina a Legislação incidente sobre o assunto

Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez



permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais**

-

Como vemos nos inúmeros laudos ficou comprometido a funcionalidade dos membros inferiores, fazendo jus a indenização de 100% ;

V. DO PEDIDO

19. *Ex positis*, vem requerer a V. Ex.^a que se digne de:

b) deferir os benefícios da Justiça Gratuita;

c) Cite a ré para contesta sob pena de revelia;

d) Seja feita a pericia judicial comprovando a invalidez funcionais das pernas .

e) Condenado a ré ao pagamento de R\$ 13.500,00 corrigidos monetariamente desde 19/07/2018;

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em Direito, notadamente a oitiva de testemunhas, oportunamente arroladas, o depoimento pessoal das partes, juntada ulterior de documentos, bem como quaisquer outras providências que V. Ex.^a julgue necessárias à perfeita resolução do processo, ficando tudo desde logo requerido.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze e quinhentos mil reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Recife, 23 de julho de 2019

Antônio Carlos
Defensor Público

